

**INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO-INDSH
CENTRO INTEGRADO DE INCLUSÃO E REABILITAÇÃO - CIIR**

CNPJ 23.453.830/0017-37

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2020 E 2019 - Em Reais (R\$)							
Ativo	Nota	2020	2019	Passivo	Nota	2020	2019
Circulante		16.402.126	21.795.660	Circulante		2.883.162	2.534.428
Caixa e equivalentes de caixa	4	12.002.569	18.124.846	Fornecedores	10	1.368.110	1.184.547
Contas a receber	5	2.957.255	2.641.070	Obrigações trabalhistas	11	1.083.653	940.755
Estoques	6	1.253.492	909.177	Obrigações sociais	12	176.361	153.001
Adiantamento funcionários		50.199	440	Obrigações fiscais		80.875	74.433
Outros créditos		123.770	107.005	Outras contas a pagar		7.273	2
Despesas antecipadas		14.841	13.122	Partes Relacionadas	9	166.890	181.690
Não Circulante		6.530.381	6.875.361	Não Circulante		4.703.872	5.444.989
Partes relacionadas	9	1.850.000	1.850.000	Receitas diferidas	13	4.703.872	5.444.989
Imobilizado - gestão pública	7	4.376.109	4.620.171	Patrimônio Líquido	15	15.345.473	20.691.604
Intangível - gestão pública	8	304.272	405.190	Patrimônio social		10.523.652	8.963.429
Total do Ativo		22.932.507	28.671.021	Superávit acumulado		4.821.821	11.728.175
				Total do Passivo e Patrimônio Líquido		22.932.507	28.671.021

**DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31/12/2020 E 2019 - Em Reais (R\$)**

	Nota	2020	2019
Receitas Operacionais		31.402.382	35.487.057
Serviços prestados pacientes SUS		36.187.057	35.487.057
(-) Reversão contrato de gestão	15	(4.784.675)	-
Custos		(22.509.592)	(19.681.068)
Pessoal e encargos		(7.107.755)	(6.150.278)
Serviços de terceiros		(12.731.168)	(11.609.206)
Materiais e medicamentos		(2.670.669)	(1.921.584)
Despesas		(4.426.272)	(4.544.480)
Pessoal e encargos		(1.776.9398)	(1.537.569)
Despesas gerais e administrativas	16	(2.479.697)	(3.001.023)
Depreciação/amortização		(741.117)	(671.550)
Impostos, taxas e contribuições		(39.390)	(5.888)
Outras receitas e despesas operacionais		610.870	671.550
Financeiras, Líquidas		355.303	466.666
Receitas financeiras		376.295	488.439
Despesas financeiras		(20.992)	(21.773)
Superávit do Exercício		4.821.821	11.728.175

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2020 E 2019 - Em Reais (R\$)**

	Patrimônio Social	Superávit acumulado	Total
Em 31/12/2018		8.958.731	8.958.731
Incorporação ao Patrimônio Social	8.958.731	(8.958.731)	-
Ajustes patrimoniais	4.698	-	4.698
Superávit do exercício	-	11.728.175	11.728.175
Em 31/12/2019	8.963.429	11.728.175	20.691.604
Incorporação ao Patrimônio Social	11.728.175	(11.728.175)	-
Devolução de recurso custeio (Nota 15)	(10.215.325)	-	(10.215.325)
Ajustes patrimoniais (nota 15)	47.373	-	47.373
Superávit do exercício	-	4.821.821	4.821.821
Em 31/12/2020	10.523.652	4.821.822	15.345.473

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2020 E 2019 - Em Reais (R\$)

1. Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais: O Centro Integrado de Inclusão e Reabilitação (CIIR) está localizado em Belém (PA), e faz parte da rede pública do estado, que contempla o CER IV, CEO II e a oficina ortopédica. O complexo presta serviços de assistência médica, odontológica, reabilitação, capacitação, oficinas para produção de próteses, serviços de apoio e diagnósticos. Todo atendimento é voltado ao SUS, assegurando assistência universal e gratuita. **b) Contrato de Gestão:** O contrato de gestão do Centro Integrado de Inclusão e Reabilitação (CIIR) foi firmado em 22 de novembro de 2017, porém as atividades foram iniciadas em 08 de março de 2018 e o atendimento ao público em 18 de junho de 2018. O Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), realiza a gestão por meio de contrato nº 002/SES-PA/2017, vigente até 21 de novembro de 2022. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:

Âmbito	Legislação	Publicação
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE de 19/11/1969
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967

A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde - CEBAS, cuja renovação para o triênio de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023 foi protocolada em 07/10/2020, junto ao Ministério da Saúde e aguarda manifestação do Ministério da Educação e Ministério da Cidadania. A Entidade tem a manutenção de sua certificação até a publicação da decisão pelo Ente Público, conforme previsto no artigo 24 da lei 12.101/2009. **2. Apresentações das Demonstrações Contábeis e Principais Práticas Contábeis: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a Lei 12.101/2009 e as demais alterações promovidas pelas leis 11.638/07 e 11.941/09. As demonstrações contábeis foram aprovadas, pela Administração, em 11 de março de 2021.

2.2. Base de mensuração e apresentação: As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. **2.4. Principais práticas contábeis: a) Caixa e equivalente de caixa:** São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. **b) Estoques:** São demonstrados ao custo médio de aquisição, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. **c) Ativo imobilizado:** Os imobilizados de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31/12/2020 E 2019 - Em Reais (R\$)**

	2020	2019
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Superávit do exercício	4.821.821	11.728.175
Ajustes para conciliar o resultado:		
Depreciação/amortizações	741.117	671.550
(=) Superávit ajustado	5.562.938	12.399.725
Variações em contas de ativo e passivo	(11.321.653)	337.695
(Aumento)/redução dos créditos - circulante	(382.711)	467.426
(Aumento) de estoques	(344.315)	(461.334)
(Aumento)/redução das despesas exercício seguinte	(1.719)	13.502
Aumento de fornecedores	183.563	328.800
(Redução)/Aumento de obrigações trabalhistas	142.898	599.645
Aumento de obrigações sociais	23.360	47.837
Aumento de obrigações tributárias	6.442	13.367
Aumento/(redução) de outras obrigações	7.271	(4.696)
(Redução) das obrigações - não circulante	(741.117)	(671.550)
Ajustes patrimoniais	(10.215.325)	4.698
Caixa líquido (aplicado nas) / proveniente das atividades operacionais	(5.758.715)	12.737.420
Caixa líquido aplicado das atividades de investimento	(396.136)	(1.049.144)
Aquisição de imobilizado	(367.996)	(1.049.144)
Aquisição de bens do intangível	(28.140)	-
Caixa líquido proveniente das/(aplicado nas) atividades de financiamento	32.573	(1.198.553)
Partes relacionadas	32.573	(1.198.553)
(Redução)/Aumento no caixa e equivalentes de caixa	(6.122.277)	10.489.723
Varição em caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)		
Saldo existente no início do exercício	18.124.846	7.635.123
Saldo existente no final do exercício	12.002.569	18.124.846
(Redução) / Aumento no caixa e equivalentes de caixa	(6.122.277)	10.489.723

do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. **d) Ativo intangível:** Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, refletem os custos com direitos de uso de software. **e) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **f) Julgamentos e estimativas:** A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. **Provisões para riscos judiciais:** A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. Ajuste para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa: É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável. **g) Apuração do Superávit/Déficit:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. **h) Reconhecimento de receitas:** As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública. **i) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. **j) Ajuste ao valor presente de ativos e passivos:** Nas demonstrações contábeis de 2020 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade. **l) Patrimônio líquido:** Composto pelo superávit/déficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. **m) Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstra- **continua...**